



MARKEL RESEGUROADORA DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 13.641.418/0001-20

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas - Em cumprimento às disposições legais e regulamentares, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes da Markel Resseguradora do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A Markel Corporation é uma companhia *holding* de capital aberto e pulverizado, sediada nos Estados Unidos, com investimentos diversificados e atuação em diversos mercados em todo mundo. Sua principal atividade consiste em oferecer produtos de seguro para riscos especializados, tendo mais de 80 anos de experiência no setor. A Markel tornou-se companhia aberta com valores mobiliários registrados na U.S. *Securities and Exchange Commission* ("SEC") em 1986, e suas ações encontram-se listadas na Bolsa de Nova York desde 1987. Profissionais altamente qualificados e experientes com reconhecimento internacional são atributos do Grupo Markel que conta com projeção global e atua nos mercados de Seguros e Resseguros. No Brasil, o Grupo Markel pretende direcionar seus interesses para atender ao mercado brasileiro no fornecimento de suporte a sociedades seguradoras

e resseguradoras que oferecem cobertura a grandes projetos nacionais, adotando amplo conceito de sustentabilidade econômica e padrões éticos. A autorização para operar no mercado brasileiro de resseguros e retrocessões como Ressegurador Local foi concedida no dia 18 de janeiro de 2012, com um capital inicial de R\$ 80 milhões e sede local no Rio de Janeiro. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de junho de 2016, os acionistas aprovaram aumento de capital no montante de R\$ 12 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, a Resseguradora auferiu R\$ 36,9 milhões de prêmios ganhos, com atuação nas seguintes linhas de negócios: patrimonial (20,5%), riscos financeiros (56,4%), rural (10,1%), transportes (2,8%), responsabilidades (3,2%), aeronáuticos (4,5%) e outros (2,5%). O índice de sinistralidade ficou em 76,50% (sinistros ocorridos/prêmios ganhos líquidos de comissão de resseguro) e as despesas de comercialização atingiram 2,58%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Resseguradora apresentou um lucro de R\$ 0,4 milhões. A Companhia Local, de acordo com seu estatuto social, assegura aos seus acionistas o direito de receber, como dividendo mínimo obrigatório, a parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício de cada ano, ajustado nos termos da Lei das Sociedades

por Ações. A política de investimentos da Markel Resseguradora do Brasil S.A. tem como premissas básicas a preservação do capital e a estabilidade das receitas financeiras, sendo as aplicações para a cobertura de provisões técnicas feitas prioritariamente em títulos do Tesouro Nacional, classificados na categoria de "Títulos disponíveis para venda". A Administração da Markel Resseguradora do Brasil S.A. fomenta o Programa de Controles Internos da Companhia e fomenta o cumprimento do Código de Conduta em todos os níveis, como parte de seu compromisso com as boas práticas de governança e transparência na condução de seus negócios e dos interesses de clientes, parceiros, colaboradores e acionistas. Oportunamente, a Markel Resseguradora do Brasil S.A. agradece as orientações e o suporte fornecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e demais autoridades do Setor. Às Sociedades Seguradoras e Corretoras de Resseguro, a Companhia agradece a confiança e parceria nos negócios e operações realizados e aproveita, também, para agradecer aos nossos colaboradores por sua dedicação e desempenho para o cumprimento dos objetivos da Companhia. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018. **A Administração**

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		145.500	115.611	Circulante		112.090	88.587
Disponível		1.297	3.842	Contas a pagar		4.473	7.197
Caixa e bancos	5	568	2.373	Obrigações a pagar	11.1	2.309	4.810
Equivalentes de caixa	5	729	1.469	Impostos e encargos sociais a recolher	11.2	531	504
Aplicações	6.1	77.246	69.469	Encargos trabalhistas	11.3	1.437	1.677
Créditos das operações com resseguros	7	42.059	24.362	Impostos e contribuições	11.4	196	166
Operações com seguradoras		32.115	15.303	Outras contas a pagar	11.1	-	40
Operações com resseguradoras		9.944	9.059	Débitos de operações de seguros e resseguros		12.196	6.308
Ativos de resseguro e retrocessão -				Operações com resseguradoras	13.1	11.539	5.735
Provisões técnicas	14.2	22.880	16.477	Corretores de seguros e resseguros	13.3	648	560
Títulos e créditos a receber		1.280	264	Corretores de seguros e resseguros			
Créditos tributários e previdenciários	8.1	203	182	- outros débitos		9	13
Outros créditos	8.3	1.077	82	Provisões técnicas - resseguradoras	14.1	95.421	75.082
Despesas antecipadas		226	641	Passivo não circulante		16.083	13.927
Custos de aquisição diferidos	9.1	512	556	Provisões técnicas - resseguradoras	14.1	16.083	13.927
Resseguros		512	556	Patrimônio líquido		82.240	80.409
Ativo não circulante		64.913	67.312	Capital social	16.1	110.012	110.012
Realizável a longo prazo		64.265	66.313	Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários		1.478	74
Aplicações	6.1	62.290	60.412	Prejuízos acumulados		(29.250)	(29.677)
Ativos de resseguro e retrocessão -				Total do passivo e patrimônio líquido		210.413	182.923
Provisões técnicas	14.2	1.469	3.327				
Títulos e créditos a receber		423	2.496				
Créditos tributários e previdenciários	8.1	423	2.496				
Custos de aquisição diferidos	9.1	83	78				
Resseguros		83	78				
Imobilizado	10	648	999				
Bens móveis		648	701				
Outras imobilizações		-	298				
Total do ativo		210.413	182.923				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Exercícios Findos em 31/12/2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro (Prejuízo) do exercício	427	(3.139)
Ajuste com títulos e valores mobiliários	2.553	(5.276)
Efeito tributário	(1.149)	2.374
Outros componentes do resultado abrangente	1.404	(2.902)
Total do resultado abrangente do exercício	1.831	(6.041)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados - Exercícios Findos em 31/12/2017 e 2016 - (Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2017	2016
Prêmios emitidos		48.057	37.495
Variações das provisões técnicas		(11.090)	(2.769)
Prêmios ganhos	18	36.967	34.726
Sinistros ocorridos	19.1	(28.260)	(19.658)
Custos de aquisição	19.2	(953)	(1.137)
Outras receitas e despesas operacionais		(871)	(2.802)
Resultado com retrocessão	19.3	(4.085)	(1.267)
Despesas administrativas	19.4	(12.763)	(25.088)
Despesas com tributos	19.5	(2.181)	(2.503)
Resultado financeiro	19.6	13.582	12.798
Receitas financeiras	19.6	14.442	16.239
Despesas financeiras	19.6	(860)	(3.441)
Resultado operacional		1.436	(4.931)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes			(2)
Resultado antes dos impostos e participações		1.434	(4.931)
Imposto de renda	20	(513)	1.034
Contribuição social	20	(410)	827
Participações sobre o lucro		(84)	(69)
Lucro (Prejuízo) do exercício		427	(3.139)
Quantidade de ações		121.480.336	121.480.336
(Prejuízo) por ação (em R\$)			(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - (Método Indireto) Exercícios Findos em 31/12/2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)

	2017	2016
--	------	------

Atividades operacionais	2017	2016
Lucro (Prejuízo) do exercício	427	(3.139)
Ajustes para:		
Depreciação	502	653
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	368	1.194
Outros ajustes	2	-
Variação das contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(16.194)	(32.216)
Créditos das operações	(18.065)	1.655
Ativos de resseguro	(4.545)	3.202
Créditos tributários e previdenciários	(21)	(41)
Ativo fiscal diferido	2.073	513
Despesas antecipadas	415	634
Outros ativos	(956)	883
Fornecedores e outras contas a pagar	(2.741)	1.900
Impostos e contribuições	57	1.058
Débitos das operações	5.888	(5.192)
Provisões técnicas - resseguros	22.495	2.952
Outros passivos	(40)	-
Caixa consumido nas atividades operacionais	(10.335)	(25.944)
Juros recebidos	7.943	9.316
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(2.392)	(16.628)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(153)	(81)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(153)	(81)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	12.012
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	-	12.012
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(2.545)	(4.697)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.842	8.539
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.297	3.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Índices históricos de despesas baseados nos custos temporariamente mais elevados, próprios de um período de início de operação. O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados utilizou as taxas de desconto obtidas pela estrutura a termo de taxas de juros livres de risco (ETTJ), segregada em ETTJ Pré-fixada para contratos em Real e ETTJ Cambial para contratos com moeda estrangeira, apresentada no artigo Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros para Utilização pelo Mercado Segurador Brasileiro. O teste de adequação conduzido pela Companhia, permite afirmar que as provisões técnicas são suficientes para cobrir os compromissos futuros referentes aos riscos assumidos até 31 de dezembro de 2017. Não há necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura - PCC, pois o teste de adequação dos passivos não apurou uma insuficiência da provisão de prêmios não ganhos - PPNG para a cobertura dos sinistros a ocorrer. Com relação às demais provisões técnicas, PSL, IBNR e PET, também não há insuficiências a cobrir. **3.5. Imobilizado** - O imobilizado compreende equipamentos, móveis, utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado é avaliado pelo custo histórico e compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo. **3.6. Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido (sendo 20% a partir do mês de setembro de 2015), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados pela aplicação das alíquotas vigentes de cada imposto sobre as respectivas bases e são reconhecidos levando-se em conta a expectativa da Administração da Companhia sobre a utilização desses ativos no futuro, baseada em projeções elaboradas para o período máximo de dez anos. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. **3.7. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações resultantes de aumento do capital social, observado o disposto no artigo 171 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, que será exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da respectiva Assembleia. **3.8. Distribuição de dividendos** - Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustados, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. **3.9. Apuração do resultado** - O resultado é apurado de acordo com regime contábil de competência. **3.9.1. Prêmios emitidos** - Os prêmios de resseguro e retrocessão aceitos são reconhecidos, quando da aceitação dos riscos cobertos e correspondente emissão dos contratos, com base na melhor estimativa, podendo ser ajustados ao longo do período de vigência. A Companhia constituiu o prêmio RVNE com base em metodologia própria, conforme apresentado na Nota técnica atuarial. Os prêmios emitidos são apropriados ao resultado, líquidos de comissão de resseguro, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, ao longo do período de risco. **3.9.2. Comissão de corretagem e comissão diferida** - As despesas de comercialização oriundas de corretagens são registradas, quando da emissão dos contratos e apropriadas ao resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. **3.9.3. Sinistros** - Os sinistros são contabilizados a partir do momento em que a Companhia é notificada pelas cedentes. **3.9.4. Participações nos lucros** - O plano de participações dos empregados e administradores nos lucros é baseado em uma métrica de resultados, entre a *holding* e demais empresas do Grupo Markel, e considera o desempenho departamental e individual. As participações nos lucros são contabilizadas em bases mensais. **3.9.5. Novas normas e interpretações contábeis ainda não adotadas** - A Administração da Companhia não espera que novas normas, interpretações e alterações, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, tenham efeito relevante sobre as Demonstrações Financeiras a partir de sua adoção, exceto pelo IFRS 9.

(Continua...)

mensurado com confiabilidade pela Administração. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: • Base histórica de perdas e inadimplência; • Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; • Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; • Garantia de concessão a um devedor com dificuldades econômicas que um credor não consideraria; • Possibilidade de que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; e • Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro em virtude das dificuldades financeiras. A Companhia avaliou os ativos financeiros na data-base destas demonstrações financeiras e não foi identificada evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. **3.3.2. Ativos não financeiros** - Ativos não financeiros são avaliados para *impairment*, quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja total ou parcialmente recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos respectivos custos de venda). Para fins de testes de *impairment*, os ativos não financeiros são agrupados por categoria. A Companhia não identificou necessidade de constituição de *impairment* para os ativos supracitados. **3.4. Ativos e passivos originados de contratos de resseguro e retrocessão** - A Companhia emite contratos de resseguro automáticos visando fornecer capacidade de cobertura de riscos para sociedades seguradoras e resseguradoras (denominadas "cedentes"). A Companhia utiliza contratos de retrocessão com o intuito de aumentar sua capacidade de aceitação e também com o objetivo de pulverização de risco, em linha com as melhores práticas do mercado de resseguros internacional. Os contratos de resseguro e retrocessão são classificados como contratos de seguro, porque também são definidos como operações em que o emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensá-lo no caso da ocorrência de um evento futuro incerto e específico que possa causar efeito adverso, nos termos do Pronunciamento Contábil CPC nº 11 - Contratos de Seguro. Como guia geral, risco significativo de seguro ocorre quando existe a possibilidade da ocorrência de evento segurado (com substância comercial) que gere pagamento de benefícios adicionais aos segurados maiores do que os benefícios pagos, caso o evento segurado não ocorra. **3.4.1. Ativos de contratos de resseguro** - Os ativos de resseguros são representados por valores a receber de seguradoras e são classificados no ativo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de realização desses ativos. **3.4.2. Ativos e passivos de contratos de retrocessão** - Os ativos de retrocessão são representados por valores de prêmios a receber de resseguradoras (retrocessões aceitas), os quais estão classificados no ativo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de realização desses ativos. Os passivos de retrocessão são prêmios cedidos a outras resseguradoras mediante contrato de retrocessão, os quais estão classificados no passivo circulante. **3.4.3. Passivos de contratos de resseguro (provisões técnicas)** - As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas estão documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA). A Companhia, observando as normas vigentes, constitui as seguintes provisões técnicas: • Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) - é constituída com a finalidade de cobrir sinistros a ocorrer ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes e registrados na data-base. É calculada utilizando-se as normas determinadas pela SUSEP, e conforme NTA. • Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE) - é constituída com a finalidade de estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos. É calculada utilizando-se as normas determinadas pela SUSEP, e conforme NTA. A provisão é avaliada regularmente através de testes de consistência. • Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - é constituída de acordo com a melhor estimativa da provisão com base nas notificações de sinistros recebidas, conforme percentual de cobertura estabelecido em contrato, ajustada periodicamente com base nas análises feitas pela área responsável e metodologia informada na NTA. • Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) - é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros já ocorridos e ainda não avisados, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. O cálculo segue as normas determinadas pela SUSEP e metodologia descrita em NTA. A provisão é avaliada regularmente através de testes de consistência. • Provisão de Excedente Técnico (PET) - é constituída com base nos critérios estabelecidos em cláusula específica dos contratos de resseguro, que tem previsão para participação das cedentes nos lucros do contrato (superávits técnicos). Estão enquadrados nesse conceito os pagamentos de *profit commission* (participação nos lucros), que são calculados com base na sinistralidade esperada de cada contrato. • Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) - é constituída para a cobertura das despesas exclusivas da Companhia relacionadas a sinistros. A PDR é calculada utilizando-se as normas determinadas pela SUSEP, e conforme NTA. **3.4.4. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)** - De acordo com o instituído pelo CPC nº 11, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para os contratos de seguros vigentes, instituído pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e respectivas alterações, tem como objetivo avaliar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, líquido dos custos de aquisição e eventuais ativos intangíveis relacionados, em comparação com o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos contratos vigentes. O mesmo é elaborado em cada balanço, no mínimo, sendo que este TAP foi realizado considerando os fluxos de caixa futuros das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes na data-base de 31 de dezembro de 2017, brutos de retrocessão, com premissas atuariais atualizadas. As projeções dos fluxos de caixa ocorrem apenas até a data do vencimento do contrato atual. As provisões, despesas operacionais e despesas de comercialização diferidas são abrangidas pelas projeções. Os parâmetros necessários à projeção, como despesas administrativas, despesas operacionais e a sinistralidade, foram baseados nos valores da Nota Técnica Atuarial de início de operação. Isso devido à pequena experiência acumulada que não permite, ainda, o cálculo dos parâmetros de forma consistente e de

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31/12/2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
--	------	------	------

Saldos em 1º de janeiro de 2016	16	98.000	-	(2.828)	(26.537)	68.635
Aumento de capital conforme AGE de 8 de junho de 2016		12.012	-	-	-	12.012
Ajuste com títulos e valores mobiliários		-	-	2.902	-	2.902
Prejuízo do exercício		-	-	-	(3.140)	(3.140)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		110.012	-	74	(29.677)	80.409
Saldos em 31 de dezembro de 2016	16	110.012	-	74	(29.677)	80.409
Ajuste com títulos e valores mobiliários		-	-	1.404	-	1.404
Lucro do exercício		-	-	-	427	427
Saldos em 31 de dezembro de 2017		110.012	-	1.478	(29.250)	82.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Markel Resseguradora do Brasil S.A. ("Markel Re" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 01, Conj. 805 a 807, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. Seu controle acionário é exercido pela Markel Participações Ltda., com 100% de participação societária nas ações ordinárias, e faz parte do Grupo controlado pela Markel Corporation (*Markel International* - "MINT"), companhia de capital aberto com ações cotadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). A Markel Re tem como objeto social as atividades de resseguro e retrocessão, oferecendo ao mercado segurador brasileiro coberturas para todos os ramos de negócio excluindo riscos nucleares e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). **2. Apresentação das demonstrações financeiras e base de preparação:** **2.1. Declaração de conformidade e base de preparação** - Em consonância à Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1). **2.2. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes itens reconhecidos no balanço pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Instrumentos financeiros disponíveis para venda. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar ao longo dos anos. A principal estimativa reconhecida pela Companhia envolvendo contratos de resseguro e retrocessão refere-se à provisão de sinistros ocorridos e não avisados (*Incurring But Not Reported* - IBNR). A Companhia utiliza as fontes de informação (internas e externas) disponíveis sobre experiências passadas e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisão da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos, cujo evento ressegurado já tenha ocorrido em conformidade com as condições gerais e notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP. Conseqüentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para o pagamento das obrigações devidas. A receita estimada de prêmios (*Estimated Premium Income* - EPI) é mensurada por contrato, baseada na informação fornecida pelo cliente, suas ferramentas internas de precificação e informações gerais de mercado. A receita estimada de prêmio é continuamente monitorada e atualizada com base em informação contábil fornecida pela cedente. Informações adicionais sobre estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Provisão para Prêmios Não Ganhos - PPNG (Nota Explicativa nº 3.4.3); e • Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR. **3. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para ambos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Disponível** - Considerando as características dos ativos financeiros da Companhia, incluem o dinheiro em caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa. **3.2. Instrumentos financeiros** - A Companhia classifica os instrumentos financeiros não derivativos nas categorias a valor justo por meio de resultado, ativos disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. **3.2.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado** - Ativos financeiros registrados ao valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **3.2.2. Ativos financeiros disponíveis para venda** - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados como "Empréstimos e recebíveis", "Mantidos até o vencimento" ou como "Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado". Nessa categoria, os ativos financeiros são mensurados ao seu valor justo, sendo seus rendimentos reconhecidos no resultado do exercício enquanto que o efeito das valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente é reconhecido em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda definitiva dos respectivos ativos. **3.2.3. Empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros** - Empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos de quaisquer custos de transação, e, após o reconhecimento inicial, medidos pelo custo amortizado, e, quando aplicável, os empréstimos e recebíveis são ajustados ao valor recuperável. Os principais recebíveis são prêmios a receber. Os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores. **3.3. Recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (impairment)** - **3.3.1. Ativos financeiros** - A Companhia avalia regularmente se há evidências objetivas de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas são incorridas somente se há evidência objetiva de redução do valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, e se o valor de perda puder ser

(continuação...)

(Financial Instruments que pode modificar a mensuração de ativos financeiros que entrará em vigor a partir de 01/01/2018 e o IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* que trata o reconhecimento de Receita que entrará em vigor a partir de 01/01/2018. **a) CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros** - O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. *(i) Classificação - Ativos Financeiros* - O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação. Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais que são mensurados a valor justo. **b) CPC 47/IFRS 15 – Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)** - A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A Companhia planeja adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado. A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados. Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços praticados pela prestação de serviço são amplamente similares. Portanto, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços. **c) IFRS 16 – Leases (Arrendamentos)** - A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras, de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Com data de vigência a partir de Janeiro de 2019, a Companhia ainda está em processo de análise deste novo pronunciamento, observando criteriosamente o novo conceito de arrendamento mercantil, principalmente, na sua atuação como arrendatário. **4. Estrutura de gestão de riscos:** A Gestão de Riscos é fundamental em todas as atividades. Ela é usada para agregar valor ao negócio enquanto fornece suporte para as áreas, além de criar valor para os acionistas. A Gestão de Riscos protege a reputação da Companhia e também nos ajuda a antecipar e mitigar potenciais perdas inerentes à atividade de resseguro. Como uma Empresa do Grupo Markel, a Companhia faz parte do Segmento Markel Internacional (“MINT”) e consequentemente conta com o suporte da estrutura de gestão de riscos do Segmento, além de manter sua própria estrutura. Em 2017, a Markel aprimorou a estrutura local de Gestão de Riscos em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações. **Princípios da estrutura de gestão de riscos** - Os princípios aplicados à Estrutura de Gestão de Riscos da Markel são os seguintes: • Aprimoramento - é um processo que deve ser desenvolvido continuamente. • Alcance - a estrutura de controles internos deve ser: - Abrangente - a fim de abranger a totalidade do nosso negócio; - Comunicada - para que todos tenham conhecimento do programa; - Simples - para que todos possam compreendê-la; - Relevante - a fim de que todos se envolvam com o processo; - Utilizada - ele realmente deve fazer parte de nossas operações do dia a dia. • Evidente - as políticas e procedimentos de gestão de riscos são documentados, de forma que profissionais razoavelmente qualificados e experientes possam compreender a estrutura sem dificuldades ou necessidade de explicações adicionais. • Emergente - tem um processo para identificar e mitigar riscos emergentes. • Eficaz - a estrutura tem que funcionar. A Companhia geralmente está exposta a riscos originados de suas operações, que podem afetar, com maior ou menor grau, seus objetivos estratégicos e financeiros. Dentre tais riscos, podemos citar o Risco de Subscrição de Resseguro e Retrocessão, Risco de Reserva, Riscos Operacionais, Risco de Liquidez, Risco de Mercado, Risco de Crédito. Todos esses riscos são avaliados, mensurados, tratados e monitorados dentro da estrutura de Gestão de Riscos da Companhia. Os diretores técnicos e operacionais e suas equipes, juntamente com o Gestor de Riscos da Companhia e da Gestão de Riscos do Grupo Markel têm suas funções definidas na estrutura e atuam conjuntamente para uma gestão contínua e efetiva dos riscos aos quais a Companhia está exposta. **4.1. Risco de subscrição** - Definimos o Risco de Subscrição como: “o risco de perda decorrente das incertezas inerentes à ocorrência, quantidade e vencimento de passivos de resseguro, com foco sobre os riscos que surgem a partir da aceitação de negócios.” A Companhia oferece cobertura de resseguro para o mercado brasileiro de seguros e resseguros nas carteiras de propriedade, responsabilidades, engenharia, saúde, garantia, transportes, pessoas (individual e coletivo), aeronáuticos e marítimos sob as formas de contratação quota-parte, excedente de responsabilidade e excesso de danos por risco e por evento. Nossos canais de distribuição podem ser através de intermediação pelos corretores de resseguros ou diretamente com as empresas de seguro e resseguro. Contratos de resseguro proporcionais (quota-parte e excedente de responsabilidade) estão vinculados à aceitação proporcional dos riscos cobertos pelas apólices das cedentes. Contratos de resseguro não proporcionais (excesso de danos por risco e por evento) protegem a retenção de risco bruto da cedente acima de uma prioridade acordada, ou seja, da retenção líquida da cedente. **4.1.1. Subscrição de risco** - A área técnica de subscrição avalia uma série de fatores, incluindo, mas não limitado a: tipo de risco a ser aceito, ramo, avaliação atuarial de adequação do prêmio, experiência técnica da cedente e resultados técnicos, condição financeira da cedente, reputação do Departamento de Sinistros e a exposição que o contrato agrega à carteira da Companhia. Outros fatores avaliados incluem a reputação da cedente, distribuição geográfica dos riscos expostos, quando disponível, a participação da cedente no mercado, exposição dos riscos catastróficos, avaliação histórica de sinistros da cedente e, se possível, uma comparação entre a sinistralidade da cedente e a do mercado. É prática da Companhia manter uma relação estreita com as áreas de Sinistro e Subscrição da cedente, a fim de acompanhar as políticas descritas. A Companhia mantém um controle de suas exposições agregadas, permitindo avaliar com mais nitidez, onde sua capacidade pode ser aplicada, sem exceder seus limites máximos de exposição por risco. O desenvolvimento da carteira também é acompanhado por relatórios mensais. Excluímos riscos, tais como: guerra, radiação nuclear e outras contaminações. Para cada linha de negócio subscrito, temos exclusões gerais e absolutas, de acordo com o manual de subscrição, que são discutidas com a cedente, a fim de que sejam consideradas ou não no documento final. Elementos-chave do gerenciamento de riscos de subscrição incluem monitorar o desenvolvimento de riscos e constante revisão dos pressupostos atuariais utilizados para o cálculo das provisões técnicas. Prêmios e provisões são determinadas com base em pressupostos cuidadosamente escolhidos. Desta forma, a Companhia garante o cumprimento das obrigações assumidas em qualquer momento. Além disso, a Companhia será capaz de proteger suas exposições brutas relacionadas com riscos de propriedade e garantia através de coberturas de retrocessão. **4.1.2. Resseguros cedidos** - A Companhia utiliza a contratação de retrocessão para suportar suas operações de subscrição e para gerenciar sua retenção por risco e por evento antes de uma ocorrência. A cobertura de retrocessão é obtida de acordo com o tipo de riscos assumidos. Os benefícios de ceder a outros resseguradores incluem redução da exposição, proteção contra os riscos catastróficos e contra a perda inesperada de capital. O procedimento também permite aceitar novos negócios. Os contratos de retrocessão não isentam a Companhia dos seus compromissos legais em relação ao risco de ser ressegurado. Desse modo, a Companhia analisa cuidadosamente as condições financeiras e a reputação para pagar sinistros de seus possíveis parceiros, aceitando apenas retrocessionários aprovados. **4.1.3. Revisão do risco de subscrição** - A cada trimestre são realizadas reuniões corporativas de avaliação, que funcionam como fóruns nos quais os executivos se encontram com os responsáveis pelo gerenciamento de risco e discutem indicadores-chave de desempenho. A Companhia continuamente aprimora suas reuniões de avaliação às quais atendem os Diretores/Executivos responsáveis pela subscrição, provisões e reservas, risco de crédito e risco operacional, a fim de assegurar um melhor e mais adequado acompanhamento de indicadores-chave de performance e indicadores-chave de risco, cujas premissas estão contidas em nossa política de subscrição e controles internos. **4.2. Risco operacional** - Definimos o risco operacional como: “O risco de perdas resultantes da inadequação ou falha interna de processos, pessoas e sistemas ou de eventos externos”. Isto inclui falha, deficiência, inadequação dos processos, incluindo riscos legais, tais como ações judiciais trabalhistas ou cíveis. Nele também está incluído o risco de ações criminosas cometidas por empregados ou terceiros, violações de leis contra fraude, incorreto processamento de dados, interrupção de negócios, não cumprimento das obrigações e divergências com parceiros de negócios. A Companhia está organizada para lidar com situações de emergência e de crise, quando a sequência dos principais processos e sistemas não estiver garantida e a estrutura organizacional natural não estiver mais adequada para lidar com tais circunstâncias. A Companhia está preparada para dar continuidade a seus negócios e tem a tecnologia para lidar com situações de emergência, desastres ou catástrofes, de acordo com seu plano de continuidade de negócios. A Companhia tem seu Registro de Riscos onde estão documentados os principais riscos aos quais a Companhia está exposta e os controles em vigor que tratam tais riscos. Os riscos e controles são reavaliados e validados trimestralmente pelo responsável por cada processo e, ainda, acompanhados e revisados pela Gestão de Riscos da Companhia. A Companhia submete-se a auditorias internas periódicas que incluem os testes sobre a eficácia dos controles internos, em cumprimento a políticas corporativas e em conformidade com a legislação vigente.

Markel Resseguradora do Brasil S.A. - CNPJ nº 13.641.418/0001-20

Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2017				
Variáveis	Premissas	Bruto de	Líquido de	
		retrocessão	retrocessão	
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(2.828)	(1.696)	
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	2.828	1.696	
Prêmio ganho e corretagem	Aumento de 10%	3.601	2.161	
Prêmio ganho e corretagem	Diminuição de 10%	(3.601)	(2.161)	
Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2016				
Variáveis	Premissas	Bruto de	Líquido de	
		retrocessão	retrocessão	
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(1.964)	(575)	
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	1.964	575	
Prêmio ganho e corretagem	Aumento de 10%	3.586	2.151	
Prêmio ganho e corretagem	Diminuição de 10%	(3.586)	(2.151)	

Ano de subscrição	31/12/2017						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Montante estimado para sinistros							
No ano do aviso	347	16.275	8.092	16.014	9.015	16.724	-
Um ano após o aviso	2.974	25.215	19.277	18.653	8.794	-	-
Dois anos após o aviso	3.801	27.749	22.218	18.591	-	-	-
Três anos após o aviso	4.107	28.215	22.911	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	4.067	27.191	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	4.036	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	4.036	27.191	22.911	18.591	8.794	16.724	98.247
Pagamentos de sinistros efetuados	(3.743)	(21.232)	(18.009)	(13.415)	(6.480)	(10.194)	(73.073)
Provisão de sinistros a liquidar	293	5.959	4.902	5.176	2.314	6.530	25.174
Retrocessão							(4.517)
Provisões líquidas de retrocessão							20.657

Ano de subscrição	31/12/2016					
	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Montante estimado para sinistros						
No ano do aviso	347	16.275	8.092	16.014	9.015	-
Um ano após o aviso	2.971	25.215	19.277	18.653	-	-
Dois anos após o aviso	3.801	27.749	22.218	-	-	-
Três anos após o aviso	4.107	28.215	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	4.067	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	4.067	28.215	22.218	18.653	9.015	82.168
Pagamentos de sinistros efetuados	(3.640)	(20.351)	(16.640)	(11.865)	(3.755)	(56.072)
Provisão de sinistros a liquidar	427	7.863	5.758	6.788	5.259	26.096
Retrocessão						(3.070)
Provisões líquidas de retrocessão						23.026

4.3. Risco de liquidez - Definimos o risco de liquidez como: “o risco de que não sejam mantidos recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir com os compromissos nas datas de seus vencimentos”. O conceito de liquidez é vital para quaisquer instituições do mercado financeiro e do mercado de capitais. Um objetivo-chave do gerenciamento do risco de liquidez da Companhia é monitorar os prazos de liquidação de direitos e obrigações. São elaboradas análises mensais do fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados com os ativos garantidores das provisões técnicas, a fim de mitigar esse risco. Adicionalmente, a Companhia possui a totalidade de seus ativos garantidores investidos em títulos públicos do Tesouro Nacional, com elevada qualificação de liquidez. A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros e de contratos de seguros existentes classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	0 - 1 ano	2 - 5 anos	Total
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado (*)	16.108	-	16.108
Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	61.138	62.290	123.428
Créditos das operações com seguros e resseguros	41.569	-	41.569
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	1.297	-	1.297
Ativos de contratos de resseguro	6.345	1.469	7.814
Total de ativos financeiros	126.457	63.759	190.216
Passivos financeiros			
Contas a pagar	4.473	-	4.473
Débitos das operações com seguros e resseguros	12.196	-	12.196
Passivos de contratos de resseguro	28.779	16.083	44.862
Total de passivos financeiros	45.447	16.083	61.531

	0 - 1 ano	2 - 5 anos	Total
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado (*)	-	25.262	25.262
Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	-	104.619	104.619
Créditos das operações com seguros e resseguros	23.947	-	23.947
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	3.842	-	3.842
Ativos de contratos de resseguro	4.744	3.327	8.071
Total de ativos financeiros	32.533	133.208	165.471
Passivos financeiros			
Contas a pagar	7.197	-	7.197
Débitos das operações com seguros e resseguros	6.308	-	6.308
Passivos de contratos de resseguro	20.597	13.927	34.524
Total de passivos financeiros	34.102	13.927	48.029

(*) Esses ativos estão apresentados na tabela com base nos vencimentos originais, entretanto possuem alta liquidez.

4.4. Risco de mercado - Risco de mercado pode ser definido como a perda potencial decorrida de oscilações dos preços de mercado do ativo objeto ou mesmo de fatores exógenos que influenciam os preços de mercado. São exemplos de fatores de risco: o risco relacionado à variação cambial, taxa de juros, preços de ações, de mercadorias (*commodities*), entre outros. O principal fator de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta na data do balanço é a taxa de juros (Selic). A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se

Os ativos classificados na categoria “sem *rating*” compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de estipulantes que não possuem *rating* de crédito individuais.

Composição da carteira por classe e categoria contábil	31/12/2017								Sem <i>rating</i>	Saldo contábil
	Moody’s Aa3	Moody’s Ba2	Moody’s Ba3	A.M. Best A+	A.M. Best A-	A.M. Best B++	Fitch A-			
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	-	-	1.297	-	-	-	-	-	-	1.297
Ao valor justo através do resultado										
Ativos pré-fixados privados	-	-	16.108	-	-	-	-	-	-	16.108
Disponíveis para venda										
Ativos pré-fixados públicos	-	123.428	-	-	-	-	-	-	-	123.428
Empréstimos e recebíveis										
Prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras	1.013	1.843	1.158	15.267	7.463	5	11.777	3.043	41.569	
Exposição máxima ao risco de crédito	1.013	125.271	18.563	15.267	7.463	5	11.777	3.043	182.402	

Composição da carteira por classe e categoria contábil	31/12/2016								Standard & Pooors AA-	Fitch A-	Sem <i>rating</i>	Saldo contábil
	Moody’s Aa1	Moody’s Ba2	Moody’s Baa1	A.M. Best A+	A.M. Best A-	A.M. Best B++						
Caixa, bancos e equivalentes de caixa	-	3.842	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.842
Ao valor justo através do resultado												
Ativos pré-fixados privados	-	25.262	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.262
Disponíveis para venda												
Ativos pré-fixados públicos	-	104.619	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104.619
Empréstimos e recebíveis												
Prêmios a receber de seguradoras e resseguradoras	562	-	-	1.530	3.490	725	3.560	8.056	6.024	23.947		
Exposição máxima ao risco de crédito	562	133.723	-	1.530	3.490	725	3.560	8.056	6.024	157.670		

5. Caixa, bancos e equivalentes de caixa

Contas bancárias	31/12/2017	31/12/2016
	568	2.373
Equivalentes de caixa	729	1.469
	1.297	3.842

São considerados equivalentes de caixa as aplicações em operações compromissadas lastreadas em CDB.

6. Aplicações financeiras

Aquisição	Vencimento	Custo atualizado	31/12/2017		Ganhos não realizados	% aplicado	% taxa de juros contratada
			Valor de mercado/ contábil				
<i>Títulos disponíveis para venda</i> (*)							
Títulos públicos federais - NTN F	23/12/2013	01/01/2018	35.459	35.467	8	25%	12,46%
Títulos públicos federais - NTN F	27/06/2013	01/01/2018	20.380	20.382	2	14%	10,57%
Títulos públicos federais - NTN F	05/09/2016	01/01/2018	5.288	5.289	1	3%	12,40%
Títulos públicos federais - NTN F	05/01/2017	01/01/2021	23.362	24.617	1.255	18%	11,09%
Títulos públicos federais - NTN F	04/01/2017	01/01/2023	23.381	24.743	1.362	18%	11,30%
Títulos públicos federais - NTN F	14/07/2017	01/01/2023	7.827	7.868	41	6%	9,38%
Títulos públicos federais - NTN F	26/12/2017	01/01/2023	2.538	2.548	10	2%	9,79%
Títulos públicos federais - NTN F	26/12/2017	01/01/2025	2.506	2.514	8	2%	10,12%
Total títulos disponíveis para venda			120.741	123.428	2.687	88%	
<i>Títulos ao valor justo através do resultado (**)</i>							
Títulos privados - renda fixa - CDB	24/02/2016	23/02/2018	1.745	1.745	-	1%	102% CDI
Títulos privados - renda fixa - CDB	09/06/2016	07/06/2018	14.254	14.254	-	11%	102% CDI
Títulos privados - renda fixa - CDB	10/01/2017	26/12/2019	109	109	-	-	97,5% CDI
Total títulos ao valor justo através do resultado			16.108	16.108	-	12%	
Total das aplicações financeiras			136.849	139.536	2.687	100%	
Total classificado no ativo circulante			77.235	77.246	11		
Total classificado no ativo não circulante			59.614	62.290	2.676		

Para fins de análise de sensibilidade, consideramos a variação ocorrendo nos dois maiores grupos de concentração de risco, propriedades e garantias, utilizando a proporção de 50% para cada.

Grupo de ramo	Prêmio ganho			
	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Patrimonial	7.474	20,2	9.313	26,8
Riscos especiais	151	0,4	260	0,7

	31/12/2016		Custo atualizado	Valor de mercado/contábil	Ganhos não realizados	% aplicado	% taxa de juros contratada
	Aquisição	Vencimento					
<i>Títulos disponíveis para venda (*)</i>							
Títulos públicos federais - NTN F	10/01/2013	01/01/2017	7.920	7.920	-	6%	8,24%
Títulos públicos federais - NTN F	27/06/2013	01/01/2018	20.305	20.140	(165)	16%	12,46%
Títulos públicos federais - NTN F	01/07/2013	01/01/2017	2.131	2.131	-	2%	10,58%
Títulos públicos federais - NTN F	23/12/2013	01/01/2018	34.783	35.046	263	27%	10,57%
Títulos públicos federais - NTN F	14/11/2014	01/01/2017	12.711	12.711	-	10%	12,75%
Títulos públicos federais - NTN F	06/01/2015	01/01/2017	21.445	21.445	-	17%	12,70%
Títulos públicos federais - NTN F	05/09/2016	01/01/2018	5.189	5.226	37	3%	12,40%
Total títulos disponíveis para venda			104.484	104.619	135	81%	
<i>Títulos ao valor justo através do resultado (**)</i>							
Títulos privados - renda fixa - CDB	07/01/2016	08/01/2018	5.306	5.306	-	4%	102% CDI
Títulos privados - renda fixa - CDB	24/02/2016	23/02/2018	4.485	4.485	-	3%	102% CDI
Títulos privados - renda fixa - CDB	09/06/2016	07/06/2018	12.939	12.939	-	10%	102% CDI
Títulos privados - renda fixa - CDB	24/11/2016	11/11/2019	2.532	2.532	-	2%	97,5% CDI
Total títulos ao valor justo através do resultado			25.262	25.262	-	19%	
Total das aplicações financeiras			129.746	129.881	135	100%	
Total classificado no ativo circulante			69.469	69.469	-		
Total classificado no ativo não circulante			60.277	60.412	135		

(*) Saldo composto por investimentos em títulos públicos federais vinculados à cobertura de provisões técnicas, custodiados pelo Banco Bradesco. Conforme Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações, a Resseguradora classificou suas aplicações em títulos públicos como "Títulos disponíveis para venda", conforme demonstrado na tabela acima. O valor de mercado para os títulos públicos foi baseado no preço unitário de mercado informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

(**) Composto por aplicação em CDB (Banco Bradesco S.A.) com remuneração de 102% do CDI e 97,5% do CDI. Conforme determina a Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações, os títulos classificados na categoria "Títulos disponíveis para negociação" são mantidos no ativo circulante independentemente da data de vencimento.

6.2. Movimentação das aplicações financeiras

	Disponíveis para venda (NTN-Fs)	Valor justo através resultado (CDBs)	Total
Saldo em 31/12/2015	92.801	11.278	104.079
Aplicações	5.000	23.200	28.200
Resgates	-	(11.888)	(11.888)
Rendimentos	10.858	2.672	13.530
Recebimento de juros	(9.316)	-	(9.316)
Ajuste a valor de mercado	5.276	-	5.276
Saldo em 31/12/2016	104.619	25.262	129.881
Aplicações	56.838	2.000	58.838
Resgates	(44.228)	(13.320)	(57.548)
Rendimentos	11.589	2.166	13.755
Recebimento de juros	(7.943)	-	(7.943)
Ajuste a valor de mercado	2.553	-	2.553
Saldo em 31/12/2017	123.428	16.108	139.536

6.3. Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros - De acordo com o CPC nº 40 (R1), os instrumentos financeiros devem ser classificados por níveis de hierarquia, sendo: **a.** Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos; **b.** Nível 2 - Classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação do ativo com base em dados de

7.1. Composição dos prêmios e retrocessão a receber por ramo

Grupo de ramo	31/12/2017		31/12/2016			
	Prêmios a receber de resseguros	Prêmios a receber de retrocessões	Total de prêmios a receber	Prêmios a receber de resseguros	Prêmios a receber de retrocessões	Total de prêmios a receber
Patrimonial	4.651	-	4.651	4.167	193	4.360
Riscos especiais	-	14	14	-	166	166
Responsabilidades	1.326	-	1.326	348	-	348
Automóvel	345	-	345	225	-	225
Transportes	1.312	-	1.312	626	-	626
Riscos financeiros	13.473	7.027	20.500	10.427	6.168	16.595
Habitacional	-	-	-	22	-	22
Rural	12.511	-	12.511	675	-	675
Outros	17	-	17	-	-	-
Marítimos	55	-	55	95	-	95
Aeronáuticos	150	688	838	76	759	835
Total	33.840	7.729	41.569	16.661	7.286	23.947
Circulante	33.840	7.729	41.569	16.661	7.286	23.947

A Companhia, em 31 de dezembro de 2017, registrou provisão para redução a valor recuperável de prêmios a receber, para casos em que a contraparte se encontra em processo de liquidação extrajudicial, para os quais foi reconhecida uma provisão de redução a valor recuperável de prêmios a receber no montante de R\$ 1.725 (R\$ 1.357 em 31 de dezembro de 2016). Informamos que a Companhia, desde o início de suas operações, não possui histórico de inadimplência com nenhum de seus parceiros de negócios.

7.2. Composição de sinistros pagos a recuperar de resseguradoras

Grupo de ramo	31/12/2017	
	Resseguradora admitida	Resseguradora eventual
Patrimonial	20	96
Riscos financeiros	506	24
Total	526	120
Circulante	526	120

Grupo de ramo	31/12/2016	
	Resseguradora admitida	Resseguradora eventual
Patrimonial	349	279
Riscos financeiros	115	60
Total	464	339
Circulante	464	339

7.3. Composição de outros créditos

Grupo de ramo	31/12/2017
Patrimonial	1
Riscos financeiros	1.568
Total	1.569
Circulante	1.569

7.4. Movimentação de prêmios a receber

Grupo de ramo	31/12/2016	
	Resseguradora admitida	Resseguradora eventual
Patrimonial	349	279
Riscos financeiros	115	60
Total	464	339
Circulante	464	339

Grupo de ramo	31/12/2017	
	Prêmios a receber de resseguros	Prêmios a receber de retrocessões
Saldo em 31/12/2015	17.178	8.436
Emissões	29.305	8.190
Recebimentos	(28.628)	(9.340)
Redução ao valor recuperável	(1.194)	-
Saldo em 31/12/2016	16.661	7.286
Emissões	41.455	6.602
Recebimentos	(23.908)	(6.159)
Redução ao valor recuperável	(368)	-
Saldo em 31/12/2017	33.840	7.729

7.5. Aging de créditos das operações de seguros e resseguros

	31/12/2017		31/12/2016	
Sem vencimento	18.335	16.123		
A vencer até 30 dias	2.076	186		
A vencer de 31 a 60 dias	10.218	1.512		
A vencer de 61 a 120 dias	2.173	823		
A vencer de 121 a 180 dias	2.443	1.575		
A vencer de 181 a 365 dias	2.051	1.545		
A vencer acima de 365 dias	374	833		
	19.335	6.474		
Vencidos até 30 dias	881	262		
Vencidos de 31 a 60 dias	473	630		
Vencidos de 61 a 120 dias	701	180		
Vencidos de 121 a 180 dias	43	10		
Vencidos de 181 a 365 dias	213	122		
Vencidos acima de 365 dias	1.588	146		
	3.899	1.350		
Créditos com operações de seguros e resseguros	41.569	23.947		
Redução ao valor recuperável	(1.725)	(1.357)		
Saldo	39.844	22.590		

8. Títulos e créditos a receber

8.1. Créditos e débitos tributários e previdenciários

Composição dos créditos tributários

	31/12/2017		31/12/2016	
Circulante	31/12/2017	31/12/2016		
Outros impostos a compensar	203	182		
	203	182		
Ativo não circulante	31/12/2017	31/12/2016		
Imposto de renda diferido sobre:				
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(672)	(34)		
Adições temporárias (a)	906	1.420		
Contribuição social diferida sobre:				
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(537)	(26)		
Adições temporárias (a)	726	1.136		
	423	2.496		
	423	2.496		

(a) O imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de adições temporárias estão relacionados a: (i) a provisão para participações sobre o lucro e serão realizados no início do exercício seguinte através da quitação da obrigação e (ii) redução ao valor recuperável de operações com seguradoras que serão realizados quando da recuperação dos respectivos créditos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 33.394 (R\$ 33.821 em 31 de dezembro de 2016). Porém, por não haver expectativa de lucro tributável não foram constituídos os créditos tributários referentes a imposto de renda e contribuição social nos montantes R\$ 8.348 e R\$ 6.678 (R\$ 8.455 e R\$ 6.764 em 31 de dezembro de 2016), respectivamente.

8.2. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Movimentação do ativo diferido	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
Saldo em 31/12/2015	1.672	1.337		
Constituições	1.386	1.110		
Reversões	(1.672)	(1.337)		
Saldo em 31/12/2016	1.386	1.110		
Constituições	641	513		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(672)	(537)		
Reversões	(1.121)	(897)		
Saldo em 31/12/2017	234	189		

	31/12/2016		Custo atualizado	Valor de mercado/contábil	Ganhos não realizados	% aplicado	% taxa de juros contratada
	Aquisição	Vencimento					
<i>Títulos disponíveis para venda (*)</i>							
Títulos públicos federais - NTN F	10/01/2013	01/01/2017	7.920	7.920	-	6%	8,24%
Títulos públicos federais - NTN F	27/06/2013	01/01/2018	20.305	20.140	(165)	16%	12,46%
Títulos públicos federais - NTN F	01/07/2013	01/01/2017	2.131	2.131	-	2%	10,58%
Títulos públicos federais - NTN F	23/12/2013	01/01/2018	34.783	35.046	263	27%	10,57%
Títulos públicos federais - NTN F	14/11/2014	01/01/2017	12.711	12.711	-	10%	12,75%
Títulos públicos federais - NTN F	06/01/2015	01/01/2017	21.445	21.445	-	17%	12,70%
Títulos públicos federais - NTN F	05/09/2016	01/01/2018	5.189	5.226	37	3%	12,40%
Total títulos disponíveis para venda			104.484	104.619	135	81%	
<i>Títulos ao valor justo através do resultado (**)</i>							
Títulos privados - renda fixa - CDB	07/01/2016	08/01/2018	5.306	5.306	-	4%	102% CDI
Títulos privados - renda fixa - CDB	24/02/2016	23/02/2018	4.485	4.485	-	3%	102% CDI
Títulos privados - renda fixa - CDB	09/06/2016	07/06/2018	12.939	12.939	-	10%	102% CDI
Títulos privados - renda fixa - CDB	24/11/2016	11/11/2019	2.532	2.532	-	2%	97,5% CDI
Total títulos ao valor justo através do resultado			25.262	25.262	-	19%	
Total das aplicações financeiras			129.746	129.881	135	100%	
Total classificado no ativo circulante			69.469	69.469	-		
Total classificado no ativo não circulante			60.277	60.412	135		

mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; e c. Nível 3 - Ativo ou passivo que não é calculado com base em dados observáveis do mercado (fato não observável). A tabela a seguir apresenta a classificação dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia mensurados ao valor justo e de acordo com o nível de hierarquia:

Títulos	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016			
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ao valor justo através do resultado						
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	16.108	16.108	-	25.262	25.262
Disponíveis para venda						
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	123.428	-	123.428	104.619	-	104.619
	123.428	16.108	139.536	104.619	25.262	129.881

Não houve transferência entre níveis em 2017 e 2016.

7. Créditos das operações de seguros e resseguros: Compreende os prêmios a receber oriundos de contratos de resseguros e retrocessões aceitas e sinistros pagos a recuperar de resseguradoras.

Grupo de ramo	31/12/2017		31/12/2016			
	Prêmios a receber de resseguros	Prêmios a receber de retrocessões	Total de prêmios a receber	Prêmios a receber de resseguros	Prêmios a receber de retrocessões	Total de prêmios a receber
Patrimonial	4.651	-	4.651	4.167	193	4.360
Riscos especiais	-	14	14	-	166	166
Responsabilidades	1.326	-	1.326	348	-	348
Automóvel	345	-	345	225	-	225
Transportes	1.312	-	1.312	626	-	626
Riscos financeiros	13.473	7.027	20.500	10.427	6.168	16.595
Habitacional	-	-	-	22	-	22
Rural	12.511	-	12.511			

14.3. Movimentação das provisões técnicas - resseguradoras

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de excedentes técnicos (PET)	Total das provisões técnicas
Saldo em 31 de dezembro de 2015	32.242	30.098	22.115	-	1.602	86.057
(+) Prêmio emitido	37.495	-	-	-	-	37.495
(-) Prêmio ganho	(35.014)	-	-	-	-	(35.014)
(+) Aviso de sinistro	-	15.264	-	-	-	15.264
(-) Pagamento de sinistro	-	(19.507)	-	-	-	(19.507)
(+/-) Constituição / Reversão IBNR	-	-	4.376	-	-	4.376
(+/-) Variação cambial	(199)	241	-	-	-	42
(+/-) Constituição / Reversão PDR	-	-	-	8	-	8
(+/-) Constituição / Reversão PET	-	-	-	-	288	288
Saldo em 31 de dezembro de 2016	34.524	26.096	26.491	8	1.890	89.009
(+) Prêmio emitido	48.057	-	-	-	-	48.057
(-) Prêmio ganho	(37.789)	-	-	-	-	(37.789)
(+) Aviso de sinistro	-	16.021	-	-	-	16.021
(-) Pagamento de sinistro	-	(17.169)	-	-	-	(17.169)
(+/-) Constituição / Reversão IBNR	-	-	12.262	-	-	12.262
(+/-) Variação cambial	70	226	-	-	-	296
(+/-) Constituição / Reversão PDR	-	-	-	(5)	-	(5)
(+/-) Constituição / Reversão PET	-	-	-	-	822	822
Saldo em 31 de dezembro de 2017	44.862	25.174	38.753	3	2.712	111.504

Movimentação de ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	Outras provisões	Provisão de excedentes técnicos (PET)	Total das provisões técnicas retrocessão
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.509	4.135	5.413	-	949	23.006
(+) Prêmio emitido	31	-	-	-	-	31
(-) Prêmio ganho	(4.429)	-	-	-	-	(4.429)
(+) Aviso de sinistro	-	(145)	-	-	-	(145)
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	(895)	-	-	-	(895)
(+/-) Variação cambial	(40)	(25)	-	-	-	(65)
(+/-) Constituição / Reversão IBNR	-	-	2.326	-	-	2.326
(+/-) Constituição / Reversão outras provisões	-	-	-	4	-	4
(+/-) Constituição / Reversão PET	-	-	-	-	(29)	(29)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.071	3.070	7.739	4	920	19.804
(+) Prêmio emitido	9.451	-	-	-	-	9.451
(-) Prêmio ganho	(9.709)	-	-	-	-	(9.709)
(+) Aviso de sinistro	-	2.272	-	-	-	2.272
(-) Sinistros pagos e não recuperados	-	-	-	-	-	-
(+/-) Variação cambial	1	-	-	-	-	1
(+/-) Constituição / Reversão IBNR	-	-	3.326	-	-	3.326
(+/-) Constituição / Reversão outras provisões	-	-	-	(4)	-	(4)
(+/-) Constituição / Reversão PET	-	-	-	-	33	33
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.814	4.517	11.065	-	953	24.349

15. **Garantia de provisões técnicas:** Para garantia das provisões técnicas, as seguintes parcelas do ativo da Companhia estavam retidas ou vinculadas à SUSEP:

	31/12/2017	31/12/2016
Título de renda fixa - públicos (NTN-F)	123.428	104.619
Total de ativos dados em garantia (A)	123.428	104.619
Provisões técnicas - resseguro	111.504	89.009
(-) Recuperação de provisões técnicas - retrocessão	(16.535)	(11.733)
Total a ser coberto (B)	94.969	77.276
Excedente de ativos vinculados (A) - (B)	28.459	27.343

16. **Patrimônio líquido: 16.1. Capital social** - Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$ 110.012 (R\$ 110.012 em 31 de dezembro de 2016), está dividido em 121.480.336 (121.480.336 em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 8 de junho de 2016, através de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado um aumento de capital de R\$ 12.012. Este aumento de capital foi homologado através da Portaria SUSEP/DIORG 99/16 de 14 de setembro de 2016.

17. Adequação de capital

	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio líquido	82.240	80.408
Ajustes contábeis	-	-
(-) Despesas antecipadas	226	641
Patrimônio líquido ajustado subtotal	82.014	79.767
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	-	-
Patrimônio líquido ajustado total	82.014	79.767
Capital-base (CB) (a)	60.000	60.000
I - Capital de risco (CR) (b)	8.702	9.847
Capital de Risco de Subscrição	6.809	7.839
Capital de Risco de Crédito	1.824	2.563
Capital de Risco de Mercado	1.113	323
Capital de Risco Operacional	446	365
Benefício de diversificação	(1.490)	(1.243)
II - Capital Mínimo Requerido (CMR) - (maior entre (a), (b) e (c))	60.000	60.000
Suficiência de Capital (PLA-CMR)	22.014	19.767
III - Ativos Líquidos	28.459	27.343
Capital de Risco Reduzido	8.702	-
IV - Índice de Liquidez em relação ao Capital de Risco (III / I) (*)	327,03%	277,94%
V - Suficiência de PLA em relação ao CMR (II / II) (**)	136,69%	132,95%

(*) IV - Liquidez em relação ao CR: situação caracterizada, quando a supervisionada apresentar montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do capital de risco (CR), deduzido deste valor o superávit de fluxos de prêmios / contribuições não registrados apurado no TAP, limitado ao efeito no CR da parcela de risco de mercado relativa aos fluxos de prêmios e contribuições não registradas;

(**) V - Plano de Regularização de Solvência (PRS): plano que deverá ser enviado à SUSEP pela supervisionada, visando à recomposição da situação de solvência, quando a insuficiência do PLA em relação ao CMR for de até 50% (cinquenta por cento) ou quando a supervisionada apresentar insuficiência de liquidez em relação ao CR.

18. **Ramos de atuação:** Os principais grupos de ramo de atuação da Companhia estão demonstrados abaixo:

	31/12/2017				
Grupo de ramo	Prêmio emitido - líquido de comissão de resseguro	Variação das provisões técnicas	Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Patrimonial	6.906	568	7.474	120,46	4,92
Riscos especiais	-	151	151	(26,53)	10,0
Responsabilidades	1.921	(723)	1.198	146,79	9,94
Automóvel	362	36	398	113,36	6,86
Transportes	891	133	1.024	88,06	5,64
Riscos financeiros	24.028	(3.195)	20.833	50,61	0,90
Habitacional	29	13	42	(38,95)	0,00
Rural	12.088	(8.346)	3.742	75,44	(0,08)
Outros	67	(33)	34	53,91	10,00
Marítimos	390	10	400	264,49	11,57
Aeronáuticos	1.375	296	1.671	106,45	7,91
Total	48.057	(11.090)	36.967	76,50	2,58

	31/12/2016				
Grupo de ramo	Prêmio emitido - líquido de comissão de resseguro	Variação das provisões técnicas	Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)
Patrimonial	8.678	635	9.313	102,86	4,91
Riscos especiais	202	58	260	45,23	100,00
Responsabilidades	840	303	1.143	(34,49)	9,10
Automóvel	351	14	365	115,47	4,84
Transportes	2.035	1.236	3.271	47,16	5,21
Riscos financeiros	23.157	(5.419)	17.738	38,85	1,38
Habitacional	192	4	196	(17,46)	0,00
Rural	703	658	1.361	90,21	1,10
Outros	78	-	78	(68,71)	0,00
Marítimos	297	(124)	173	74,20	13,01
Aeronáuticos	962	(134)	828	25,87	9,67
Total	37.495	(2.679)	34.726	56,56	3,27

Abaixo, demonstramos a composição dos prêmios emitidos:

	31/12/2017				
Grupo de ramo	Prêmio emitido líquido	Prêmio líquido de comissão de retrocessão	Prêmio líquido de retrocessões cedidas	Percentual de retenção (%)	Percentual retrocedido (%)
Patrimonial	6.906	113	6.793	98,4	1,6
Riscos especiais	-	-	-	-	-
Responsabilidades	1.921	-	1.921	100,0	0,0
Automóvel	362	-	362	100,0	0,0
Transportes	891	-	891	100,0	0,0
Riscos financeiros	24.028	2.399	21.629	90,0	10,0
Habitacional	29	-	29	100,0	0,0
Rural	12.088	6.939	5.149	42,6	57,4
Outros	67	-	67	100,0	0,0
Marítimos	390	-	390	100,0	0,0
Aeronáuticos	1.375	-	1.375	100,0	0,0
Total	48.057	9.451	38.606	80,3	19,7

20. Imposto de renda e contribuição social: Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas.

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes dos impostos e participações (-) Participações sobre o lucro	1.434	(4.931)	1.434	(4.931)
Lucro (Prejuízo) após as participações	(84)	(69)	(84)	(69)
Adições temporárias - provisões dedutíveis	1.350	(5.000)	1.350	(5.000)
Adições permanentes - despesas indedutíveis	2.433	5.679	2.433	5.679
Exclusões temporárias - provisões indedutíveis períodos anteriores Seguro rural	14	45	14	45
Base de cálculo	(4.485)	(1.535)	(4.485)	(1.535)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.135)	-	(1.135)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre adições temporárias (25% IRPJ e 20% CSLL)	(1.823)	(811)	(1.823)	(811)
Outros	608	1.419	487	1.136
Imposto de renda e contribuição social sobre exclusões temporárias (25% IRPJ e 20% CSLL)	-	(2)	-	(2)
Total	(1.121)	(383)	(897)	(307)
	(513)	1.034	(410)	827

21. **Benefícios a empregados:** A Companhia oferece aos funcionários e diretores a possibilidade de aderir ao plano de aposentadoria complementar. O plano escolhido é o Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL), administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e classificado na categoria de contribuição definida. As despesas com esse benefício registradas no resultado do exercício montam R\$ 431 (R\$ 341 em 2016).

22. **Partes relacionadas: 22.1. Retrocessão** - A Companhia mantém contrato de retrocessão com a Markel Syndicate, resseguradora admitida, devidamente cadastrada na SUSEP. Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
a. Markel Syndicate		
Ativo		
Prêmio de retrocessão diferido - PPNG	3.353	7.789
IBNR	8.145	6.044
Outras provisões - PET	826	771
PSL	3.025	2.057
	15.349	16.661
Passivo		
Prêmios de retrocessão a liquidar	6.051	5.174
	6.051	5.174
Resultado		
Receitas com retrocessão		
Recuperação de sinistros ocorridos mas não avisados	2.101	2.206
Variação da provisão de prêmios não ganhos	(4.436)	(1.442)
Variação da provisão de excedentes técnicos	55	160
Variação da provisão de sinistros a liquidar	968	2.277
	(1.312)	3.201
Despesas com retrocessão		
Prêmio de retrocessão cedido	(4.578)	(344)
	(4.578)	(344)
	(5.890)	(2.857)

DIRETORIA	
Carlos Alberto Caputo Diretor-Presidente	Rodrigo Motroni de Almeida Diretor Técnico
Gabriel Boyer Nogueira Lima Diretor Vice-Presidente	

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da Markel Resseguradora do Brasil S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Markel Resseguradora do Brasil S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2017, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração** - A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável

de que as provisões técnicas, os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Markel Resseguradora do Brasil S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião** - Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos

	31/12/2016				
Grupo de ramo	Prêmio emitido líquido	Prêmio líquido de comissão de retrocessão cedida	Prêmio líquido de retrocessões cedidas	Percentual de retenção (%)	Percentual retrocedido (%)
Patrimonial	8.678	288	8.390	96,7	3,3
Riscos especiais	202	-	202	100,0	0,0
Responsabilidades	840	-	840	100,0	0,0
Automóvel	351	-	351	100,0	0,0
Transportes	2.035	-	2.035	100,0	0,0
Riscos financeiros	23.157	(257)	23.414	101,1	(1,1)
Habitacional	192	-	192	100,0	0,0
Rural	703	-	703	100,0	0,0
Outros	78	-	78	100,0	

Anexo I

Markel Resseguradora do Brasil S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de retrocessão	31/12/2017
Total de provisões técnicas auditadas	111.504
Total de ativos de retrocessão	24.349
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2017
Provisões Técnicas (a)	111.504
Valores redutores (b)	16.535
Total a ser coberto (a-b)	94.969
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2017
Capital Base (a)	60.000
Capital de Risco (CR) (b)	8.702
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	60.000
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2017
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	82.014
Exigência de Capital (CMR) (c)	60.000
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (d = a + b - c)	22.014
Ativos Garantidores (e)	123.428
Total a ser Coberto (f)	94.969
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (g = e - f)	28.459
Ativos Líquidos (h)	28.459
Capital de Risco (CR) (i)	8.702
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (h / i)	327%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos de Ramos SUSEP)	31/12/2017
01 02 03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13 14 15	5.000

Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Markel Resseguradora do Brasil S.A. - Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Markel Resseguradora do Brasil S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Markel Resseguradora do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018.



Auditores Independentes
 CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
 Contador CRC RJ-086312/O-6